



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia.
Junta Comercial

SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 03/11/2016

Ata nº 84/16

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às 10 horas, reuniu-se em Sessão Plenária, na sala Raul Bastian, localizada no primeiro andar da Sede da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sita à Av. Júlio de Castilhos, 120, nesta capital, o Colégio de Vogais da JUCERGS, sob a presidência do Presidente, Paulo Roberto Kopschina, que saudou a todos os presentes. Verificado o quorum foi aberta a Sessão pelo Sr. Presidente. Em prosseguimento, o Sr. Presidente passou a análise da correspondência remetida pelo Poder Judiciário, a saber: **MOINHO ERECHIM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE FARINHAS LTDA.**, NIRE: 43 2 0583936-9, PROCESSO Nº: 0117682-50.2012.8.26.0100, COMARCA: SÃO PAULO/SP, PROTOCOLO Nº 16/286603-8; PENHORA DE QUOTAS; **COCEVIL COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.**, NIRE: 43 2 0281036-0, PROCESSO Nº: 076/1.14.0001501-5, COMARCA: TUPANCIRETÁ/RSPROTOCOLO Nº 16/286604-6, DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA; **BELLGÁS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LTDA.**, NIRE: 43 2 0451364-8, PROCESSO Nº: 008/1.12.0023697-7, COMARCA: SANTA CRUZ DO SUL/RS, PROTOCOLO Nº 16/286605-4, INDISPONIBILIDADE DE BENS; **ALP COMÉRCIO DE CEREAIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME**, NIRE: 43 2 0598072-0, PROCESSO Nº: 013/1.10.0005768-1, COMARCA: ERECHIM/RS, PROTOCOLO Nº 16/286606-2, PENHORA DE QUOTAS. Inicialmente foi adiada a aprovação da ata da última sessão plenária, terça-feira dia 01/11. De imediato, passa-se aos assuntos gerais e o primeiro deles é o Projeto de Lei que tramita na Assembleia Legislativa, que trata da alteração do nome da Junta e que foi feito por esta Administração, e, posteriormente discutido com a Assessoria Jurídica da Secretária de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais e a SGG. E por fim na Casa Civil onde esse processo foi todo analisado. Após essa explanação do Presidente a palavra foi dada a Dra. Inês Dilelio que se manifestou sobre este assunto. Inciou dizendo que quando surgiu a ideia de adotar uma nova sigla para a Junta foi questionada verbalmente e que inicialmente foi contra, mas quando lhe foi pedido um parecer por escrito chegou a conclusão de que em nenhum lugar na lei havia a impossibilidade de alteração. Mencionou que na própria história da Junta já houve várias mudanças de nome. Disse não ser uma jurista de notável saber jurídico mas que possui hierarquia. E tendo o Projeto de Lei passado por estas diversas esferas de maior conhecimento jurídico e não tendo sido encontrado nenhum óbice, presume-se que não há nenhum impedimento legal. Argumentou ainda que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não veda.



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia.
Junta Comercial

Aberta a palavra aos vogais para se manifestarem, tomou a palavra o vogal, Marcelo Maraninchi, que disse não ter estudado essa matéria afundo, mas que na realidade o particular pode fazer tudo o que a lei não veda, já a Administração Pública deve fazer tudo o que a lei determina. Além do mais todo o ordenamento jurídico refere-se as "Juntas Comerciais". Caso possa ser acrescido siglas ao nome lhe parece também que pode ser mudado todo o nome, citando como exemplo: "Casa dos Registros" ao invés de Junta Comercial. Saliu que a proposição da alteração de nome deveria ter passado por este Plenário. Mencionou também que na última plenária, o Presidente havia dito que as siglas "I" e "S", respectivamente, Indústria e Serviço, foram acrescidas porque o Comércio já estava contemplado no nome; ocorre que se fosse para adequar o nome a nova realidade o mais correto seria Junta Empresarial, pois o Comércio não seria de bens e, sim, de atos do comércio. Saliu que se fosse para acrescentar outras atividades ao nome, a vogal, Maria Pia, havia sugerido que deveria ser acrescido Agronegócios por ser ela desse ramo. Por fim disse não ver sentido para esta alteração. A Assessora Jurídica voltou a se manifestar dizendo que o novo Código Comercial será aprovado porque assim deseja Fabio Ulhoa, mas que as Juntas Comerciais não deixaram de existir na legislação federal. O que poderá ocorrer são as construções de nomes e deu como exemplo a JUCEPAR (Junta do Paraná) alegando que "PAR" não significa nada. O vogal, Fabiano Zouvi, fez uma intervenção para dizer que esse não seria um bom exemplo pois "PAR" da JUCEPAR remete sim a Paraná. O vogal, Murilo Trindade, disse que a mudança do nome acrescentando a Indústria e o Serviço é apoiado pela FECOMÉRCIO e pela FIERGS no sentido de determinar melhor a atividade fim da Junta Comercial que é o Registro Empresarial. Mencionou também que todas as Associações do interior possuem Indústria no nome; e que acrescentar estas expressões não traz nenhum prejuízo. Além do que pequenas alterações fazem parte do progresso e evolução. Disse que essas entidades citadas esperam que seja acolhida as alterações no nome. Após manifestou-se o vogal, José Freitas, que não concorda com a forma em que foi conduzido a proposição da alteração do nome. Que se este assunto tivesse sido trazido para o Plenário poderia ter se tomado uma atitude mais própria e não tão conflitante. Ao seu ver ficou claro que existe interesse de duas instituições envolvidas para essa mudança e que mais entidades deveriam ser beneficiadas também. Citou a atividade de Agronegócios alegando que esta atividade é o carro chefe do Estado. Com a palavra o vogal, Ramon Ramos, que disse não ter participado da última Plenária, mas a notícia de que tem conhecimento é que teria sido uma proposição do Governo e que agora está ouvindo que é uma construção da Administração desta casa. O Presidente respondeu que sim, e que este assunto esta sendo discutido a bastante tempo, inclusive na presença do ex-Secretário Geral, José Tadeu Jacoby, sendo que este sempre se manifestou contra. De volta a palavra ao vogal, Ramon Ramos, disse não ver com bons olhos a troca de nome de entidade centenária. Questionou se alguém alguma vez teria visto a UFRGS mudar de nome. Saliu que a Administração deve ser lembrada pela notoriedade do serviço prestado e não pela troca do nome, e que isso não irá melhorar a Administração dessa Diretoria e sim a excelência do serviço prestado. O vogal, Paulo Mazzardo, manifestou-se para dizer que percebe que este assunto não é de fácil trato e convencimento deste Plenário. Talvez se esse assunto tivesse sido trazido para um debate prévio, teria sido muito mais tranquilo. Frisou que



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia.
Junta Comercial

atividade do Plenário se resume a examinar documentos ordinários e os recursos, além de discutir as diretrizes da casa, valorizando sempre o Colégio de Vogais. Solicitou o parecer da Assessoria Jurídica da Junta para um debate aqui no Plenário. Concorde também que fosse acrescido o Agronegócios ao nome da Junta, já que atualmente, somos totalmente dependente desta atividade no Estado, não desvalorizando a Indústria e o Serviço. Quanto a legalidade, se reserva ao direito de olhar com mais cautela. Findo, o Presidente, com a palavra, disse que é necessário fazer algumas observações. Primeiramente, que não foi uma indelicadeza desta Administração não ter trazido o assunto para este Colégio de Vogais, mas um entendimento de que esta matéria era um assunto exclusivamente administrativo. O vogal, Fabiano Zouvi, fez uma intervenção para dizer que é necessário fazer algumas ponderações; que não ficaria confortável, se a Assembleia Legislativa, aprovasse a alteração do nome da Junta para que acomodasse o interesse de algumas entidades. E que, futuramente, caso haja aprovação, poder-se-á entrar com uma ADIN. Esta atitude, não será uma chancela contra o parecer jurídico desta casa, e sim, uma chancela política. Entende sim, que é uma atividade exclusiva da Administração da Junta, e embora não seja uma atividade do plenário, existem certos atos já consagrados, e um deles é exatamente ouvir o Colégio de Vogais quando há uma alteração significativa da Junta Comercial. Que não se fixa muito na discussão do nome ser centenário ou não, mas na consagração e robustez que o nome alcança. A Junta já se consagrou, não só no Estado, mas em todo o Brasil. Salientou que o Comercial não representa o comércio, mas sim o Direito Comercial. Não acha ser uma celeuma este assunto mas que não gostaria de ver o nome da Junta Comercial não ser alterado. Por fim, disse não ver notoriedade nesta mudança e sim que algumas entidades estão fazendo pressão para que suas atividades constem ao nome. Voltando a palavra ao Presidente, Paulo Kopschina, argumentou este, que entidades centenárias trocam de nome sim para atender necessidades. Salientou que se perdeu uma grande oportunidade de fazer o que fosse necessário, inclusive, o que o Colégio de Vogais quisesse, quando se construiu o Regimento Interno; aliás, teve que indicar alguns vogais para participar já que ninguém se ofereceu para tal. Disse também que instalações precária existem e não é de hoje, e que possivelmente até metade do ano que vem, irá ser feita uma reforma na Junta iniciando-se pelo Plenário. Haverá moveis, computadores, equipamento de som novos, e tudo o mais necessário para se fazer uma Junta moderna. Enfatizou que certos assuntos não serão trazidos para este Plenário, como por exemplo, a "Operação Bartolomeo" da Polícia Civil no que concerne ao artigo 60 que trata das empresas canceladas de ofício. Por fim mencionou que sairá da Junta com o Vice e o Secretário deixando uma Junta melhor do que encontraram. Pediu licença para se retirar desta sessão plenária, pois ele e o Vice-presidente tem uma reunião agora às 11h com o Banrisul. Convidou o vogal Zélio Hocsman para assumir a presidência da mesa. O Secretário geral pediu a palavra para reforçar que definir quais são as atribuições do plenário é de extrema importância. Ademais o Tribunal de Contas apontou que as sessões de turmas não deveriam ser realizadas conjuntamente com as sessões plenária, já que estas são soberanas. Com a palavra, o vogal, Paulo Mazzardo, que se dirigindo ao Secretário, perguntou se não haveria a paralisação no trâmite do PL. A Dra. Inês respondeu dizendo que ninguém havia solicitado o resgate do projeto na Assembleia Legislativa. Sendo assim, o vogal, Mazzardo, fez uma solicitação para que constasse



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia.
Junta Comercial

expressamente em ata, que o Projeto de Lei fosse retirado de pauta na Assembleia Legislativa e retornasse para o Plenário para uma maior discussão. A vogal, Ana Paula Queiroz, solicitou a palavra indagando o Secretário de quanto tempo estava demorando a tramitação de uma constituição de empresa aqui na Junta Comercial., já que a classe que representa, está trazendo muitos pleitos quanto a demora da liberação da digitalização. O Secretário lhe respondeu que em média 06 dias. Disse também que o documento ingressa, por exemplo, em uma segunda-feira, e na terça já está aqui para análise, mas que realmente o setor de Digitalização está um pouco atrasado bem como o setor de Cadastro. Sem mais o Sr. Presidente em exercício, agradeceu as presenças, mandando que fosse lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada é assinada por todos.


PAULO ROBERTO KOPSCHINA
Presidente


ITACIR AMAURI FLORES
Vice-Presidente


CLEVERTON SIGNOR
Sec Geral


GILSON SANTIAGO
Vogal


MICHEL GRALHA
Vogal

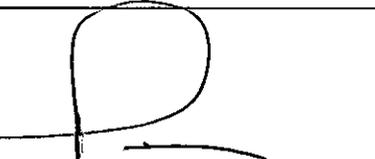

EVERTON LOPES
Vogal

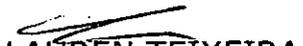

FABIANO ZOUVI
Vogal



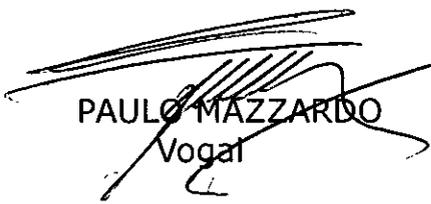
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia.
Junta Comercial

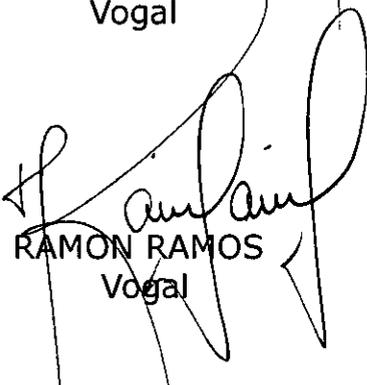

JONI MATTE
Vogal


PAULO RICARDO MAIA
Vogal


LAUREN TEIXEIRA
Vogal


MARCELO MARANINCHI
Vogal


PAULO MAZZARDO
Vogal


RAMON RAMOS
Vogal


RAMIRO LEDUR
Vogal


ANA PAULA QUEIROZ
Vogal


ZELIO HOCSMANN
Vogal


MURILO TRINDADE
Vogal


SERGIO NETO
Vogal


ELOI ANTÔNIO
Vogal



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia.
Junta Comercial


TIAGO MACHADO
Vogal

JOSÉ FREITAS
Vogal 


MARIA PIA RODRIGUES
Vogal


CAROLINA DE CERQUEIRA LIMA
Vogal